

Sarney tenta melhorar relações com a comissão de orçamento

por Marcos Magalhães
de Brasília

O presidente José Sarney acrescentou um novo ingrediente à discussão sobre a rolagem das dívidas externas dos estados e municípios, durante encontro que manteve na sexta-feira com 21 parlamentares da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional. Ele afirmou que aceitaria conceder aos governadores e prefeitos as mesmas condições de pagamento para seus compromissos externos que as obtidas pela União durante a recente renegociação da dívida brasileira.

Sarney chamou os deputados e senadores ao Palácio da Alvorada para tentar desanuviar as tensas relações entre o governo e a comissão de orçamento. O parecer do relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), estabelece o pagamento apenas das dívidas a vencer em 1989, segundo patamares que variam de acordo com o total do endividamento. A Secretaria de Planejamento, no projeto de orçamento, estipula o pagamento de 25% tanto dos débitos vencidos quanto dos que vencem no ano que vem. E a nova sugestão do governo, que já foi defendida por vários governadores, apresenta condições mais favoráveis à quitação da dívi-



José Sarney

da: oito anos de carência e vinte anos para pagar, quando obteve a União.

A informação foi confirmada por dois parlamentares que compareceram à reunião do Alvorada, o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) e o senador Raimundo Lira (PMDB-PR). Segundo o relato de ambos, a sugestão foi bem recebida pelos deputados e senadores, todos convidados para a conversa pelas ligações que têm com o presidente. No final da tarde, mais de dez parlamentares que estiveram com Sarney foram visitar o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Na noite de sexta-feira, já sabendo do teor da

conversa do Alvorada, Carvalho foi encontrar-se com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e com Gabriel.

"Nós passamos a funcionar como uma força moderadora", avaliou Lira, integrante do grupo mais fiel a Sarney na comissão, composta por 62 parlamentares. Entre os assessores do presidente, o encontro foi interpretado como uma tentativa de descompressão política. "Devemos evitar uma queda de braço entre o Executivo e o Legislativo", disse Sarney ontem à noite a um íntimo colaborador, segundo relato do editor Cláudio Kuck.

Os parlamentares mais ligados ao Planalto ressaltaram, na reunião de três horas com o presidente e os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e João Batista de Abreu, do Planejamento, que estavam sendo alijados das decisões da comissão, quase sempre tomadas pela sua direção sem ouvir a opinião deles.

Por outro lado, lembraram que, apesar da amizade que mantêm com Sarney, não pretendiam ser porta-vozes do Executivo dentro do Congresso. "Nós mostramos ao presidente que estamos conscientes da importância de manter as prerrogativas do Parlamento", conta Rosenmann, que foi relator, na

comissão, do orçamento das operações oficiais de crédito, em que está embutida a questão das dívidas estaduais e municipais.

Segundo os cálculos de Rosenmann, o montante dessas dívidas deve ultrapassar US\$ 1 bilhão, e o pagamento do serviço dos débitos no ano que vem, de acordo com a última sugestão de Sarney, ficaria em cerca de CZ\$ 200 bilhões, em valores de junho. Bem mais que os CZ\$ 68 bilhões propostos por Gabriel e bem menos que os CZ\$ 550 bilhões esperados pelo governo inicialmente. "Trata-se de uma idéia que pode satisfazer a todos", disse o deputado.

Sarney não esgotou, contudo, os seus argumentos a favor da proposta inicial. "Precisamos aprovar o nosso projeto, pelo menos em linhas gerais, para dar um tiro violento na inflação em 1989, sob pena de as instituições correrem perigo", apelou o presidente aos parlamentares. No Congresso, as tentativas de melhorar o relacionamento entre os dois poderes foram bem recebidas.

"É possível que até a hora-limite da votação do projeto de orçamento cheguemos a um acordo", admitiu na sexta-feira o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, segundo apurou o editor João Alexandre Lombardo.